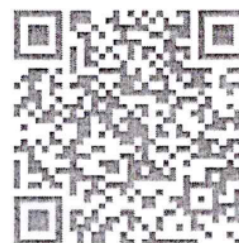




**ATA DA 40ª (QUADRAGÉSIMA) SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º (PRIMEIRO) PERÍODO LEGISLATIVO DA 3ª (TERCEIRA) SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª (DÉCIMA SEXTA) LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM/RN**

Sessão realizada no dia 16 (dezesseis) de maio de 2023 (dois mil e vinte e três), às 09h30 (nove horas e trinta minutos), no Plenário Doutor Mário Medeiros, sob a presidência do vereador Wolney Freitas de Azevedo França, com a presença do 1º (primeiro) vice-presidente, vereador Michael Borges de Souza, do 2º (segundo) vice-presidente, vereador Thiago Fernandes da Silva, do 1º (primeiro) secretário, vereador Gustavo Negócio de Freitas, e do 2º (segundo) secretário interino, vereador César Augusto de Paiva Maia. Estiveram presentes os (as) vereadores (as) Diego Américo de Carvalho, Fativan Alves Moura de Paiva, Gabriel César de Oliveira Siqueira, Eder Rodrigues de Queiroz, Hamilton Rademacker Pereira, Irani Guedes de Medeiros, Ítalo de Brito Siqueira, José Afrânio Bezerra da Silva, Leonardo Lima da Costa, Lindovaildo Soares de Azevedo, Marcos Antônio Gomes da Silva e Rhalessa Cledylane Freire dos Santos. Esteve ausente a vereadora Ana Carolina Carvalho de Lima Pires. Havendo quórum regimental, o presidente, sob a proteção de Deus e em nome do povo parnamirino, declarou aberta a Sessão Ordinária e convidou o vereador Gabriel César para fazer a leitura da mensagem bíblica, no Livro de Provérbios, capítulo 23 (vinte e três), versículo 9 (nove). Em seguida, a Presidência solicitou ao 2º (segundo) secretário interino a leitura da ata da 10ª (décima) Sessão Ordinária, realizada no dia 2 (dois) de março de 2023 (dois mil e vinte e três). Após lida, a ata foi colocada em única discussão e em única votação, sendo aprovada. Prosseguindo, a Presidência solicitou ao 1º (primeiro) secretário a leitura do Expediente, que constou de Emenda, Projetos de Lei Ordinária, Projeto de Resolução, Projeto de Decreto Legislativo, Indicações e Pareceres das Comissões e da Procuradoria Geral desta Casa. Foi lida a Emenda nº 01/2023 ao Projeto de Lei nº 073/2023, que "dispõe sobre a modificação do art. 2º do Projeto de Lei nº 073/2023, e dá outras providências" (autoria: Poder Legislativo Municipal – Comissão Permanente de Constituição, Legislação e Redação Final). Foram apresentados o Projeto de Lei Ordinária nº 056/2023, que "dispõe sobre a implantação de ciclofaixas temporárias aos domingos e feriados no município de Parnamirim/RN, e dá outras providências" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Leonardo Lima da Costa); o Projeto de Lei Ordinária nº 111/2023, que "altera dispositivos da Lei Municipal nº 966/1998 e regulamenta o cumprimento da carga horária dos professores da rede municipal de ensino do município de Parnamirim, e dá





outras providências" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Ítalo de Brito Siqueira Silva); o Projeto de Lei Ordinária nº 112/2023, que "dispõe sobre a distribuição gratuita de leite com fórmulas infantis especiais para crianças lactantes, nas condições que especifica no município de Parnamirim, e dá outras providências" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador José Afrânio Bezerra da Silva); o Projeto de Resolução nº 07/2023, que "dispõe sobre a criação da Frente Parlamentar de Acompanhamento de Obras e Serviços de Engenharia, Arquitetura, Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano no município de Parnamirim/RN" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereadora Rhalessa Cledylane Freire dos Santos) e o Projeto de Decreto Legislativo nº 06/2023, que "dispõe sobre a Comenda Gelza Frassinete Bezerra Guedes, destinada aos assistentes sociais, e dá outras providências" (autoria: Poder Legislativo Municipal – Mesa Diretora). Foram lidas as Indicações nºs 1010/2023 e 1011/2023, de autoria do vereador Prof. Diego; nºs 791/2023 e 926/2023, de autoria do vereador Eder Queiroz; nºs 957/2023 e 972/2023, de autoria da vereadora Fativan Alves; Indicações nºs 802/2023 e 950/2023, de autoria do vereador Gabriel César; nºs 978/2023 e 979/2023, de autoria do vereador Binho de Ambrósio; nºs 962/2023 e 1000/2023, de autoria do vereador Irani Guedes; nºs 964/2023 e 965/2023, de autoria do vereador Leo Lima; nºs 987/2023 e 988/2023, de autoria do vereador Vavá Azevedo; nºs 903/2023 e 975/2023, de autoria do vereador Marquinhos da CLIMEP; nºs 996/2023 e 997/2023, de autoria do vereador Michael Borges; nºs 981/2023 e 982/2023, de autoria da vereadora Rhalessa de Clênio; nºs 976/2023 e 977/2023, de autoria do vereador Thiago Fernandes e nºs 941/2023 e 986/2023, de autoria do vereador Wolney França. Foram apresentados o Parecer da Comissão Permanente de Constituição, Legislação e Redação Final ao Projeto de Lei nº 073/2023, que "dispõe sobre a alteração do anexo único da Lei Ordinária nº 2.129, de 14 de julho de 2021, e dá outras providências" (autoria: Poder Executivo Municipal); o Parecer da Comissão Permanente de Assistência Social ao Projeto de Lei nº 046/2023, que "dispõe sobre a reserva de vagas de empregos referentes a contratos de empresas com o município de Parnamirim nas condições que indica, aplicando-se aos presos em regime semiaberto, em livramento condicional, egressos do sistema prisional do estado do Rio Grande do Norte, trabalhadores retirados de situação análoga à de escravo e jovens do sistema socioeducativo, e dá outras providências" (autoria: Poder Executivo Municipal); o Parecer da Comissão Permanente de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente ao Projeto de Lei nº 051/2023, que "autoriza o Poder Executivo Municipal a alienar, por investidura, área pública inaproveitável a vizinho lindeiro, e dá outras



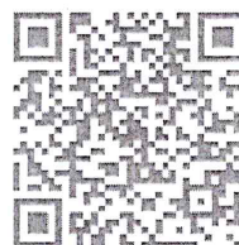


providências" (autoria: Poder Executivo Municipal) e o Parecer da Procuradoria Geral da Câmara Municipal de Parnamirim/RN acerca dos seguintes questionamentos: a) Quais as condições e critérios regimentais para solicitação do pedido de vista por vereador, durante o acontecimento da Sessão Plenária; b) Se pedido de vista implica em "adiamento de votação" para fins do art. 206, do Regimento Interno; c) Até que momento da Sessão Plenária o vereador pode solicitar vista ou retirada de pauta de proposição enumerada para leitura na Ordem do Dia. Em seguida, o 1º (primeiro) secretário informou que o Expediente foi lido. Prosseguindo, o presidente registrou a presença, no Plenário, dos profissionais da Educação e dos servidores desta Casa e passou à abertura das inscrições dos parlamentares para uso da tribuna, que teve como oradores a vereadora Fativan Alves e os vereadores Prof. Diego e Gabriel César. Com a palavra, o vereador Gabriel César abordou o assunto da pavimentação das ruas do bairro de Bela Parnamirim. Disse que em 2021 (dois mil e vinte e um) foram enviados recursos, através do deputado General Girão, para esta obra, cujo projeto, segundo ele, a prefeitura demorou 1 (um) ano para concluir. Afirmou que, concluídos os trâmites, a ordem de serviço foi assinada, mas a obra não começou. Relatou ter consultado a Secretaria de Obras Públicas (SEMOP), onde, segundo ele, foi informado de que o envio do recurso está dependendo do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional. Disse que o recurso é de cerca de 800.000 (oitocentos mil) reais, e que haverá uma contrapartida do município de 300.000 (trezentos mil) reais. Para ele, a razão do não envio do recurso a Parnamirim tem relação com os resultados da campanha política presidencial. Com base nessa crença, fez acusações contra o atual presidente da República, provocando intensa reação de reprovação no público de Educadores que assistiram à Sessão. Segundo ele, a Caixa Econômica Federal disse que não há motivos para o não envio dos recursos. Cobrou que o governo federal faça esse envio. Afirmou que as ruas de Bela Parnamirim não estão pavimentadas, o que, segundo ele, está impedindo a circulação das linhas de transporte alternativo. Em aparte, e vereadora Rhalessa de Clênio, registrando seu respeito à imunidade parlamentar da fala do tribuno, explicou que, na época da destinação dos referidos recursos, o ministro era Rogério Marinho, o qual, de acordo com ela, prejudicou os direitos dos trabalhadores. Disse que o ministro teve participação ativa em muitas demandas em Parnamirim. Lembrou que Parnamirim foi a única cidade em que o ex-presidente ganhou no segundo turno, mas recordou também que a governadora Fátima Bezerra ganhou aqui em Parnamirim no primeiro. Reprovando o que denominou "medir forças", afirmou que os parlamentares estão nesta Casa para lutar, e que o discurso do



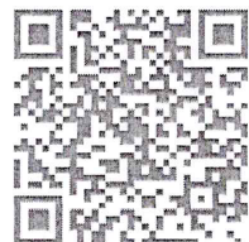


tribuno se torna pequeno na medida em que não cita a falta de luta e de empenho do Executivo em favor da comunidade de Bela Parnamirim. Destacando outras necessidades do bairro, disse que o tribuno falou somente de pavimentação, com o objetivo de prejudicar o nome do atual presidente da República, o qual, de acordo com ela, de fato mudará diversas vidas. Afirmou que tentar atacar o presidente é muito fácil. Convidou o tribuno a falar de desenvolvimento. Disse que respeita muito o trabalho do mesmo, mas que é necessário dizer quem estava, à época, à frente da destinação do recurso para a pavimentação das ruas de Bela Parnamirim, e que impediu que tais recursos chegassem ao seu destino. Disse também que é necessário, além de apresentar o problema, apresentar também os verdadeiros culpados pelo não envio dos recursos. De volta à palavra, o tribuno informou que, segundo a Caixa Econômica Federal, não há motivos para não enviarem os recursos, e questionou qual foi o direito tirado dos trabalhadores pelo então ministro Rogério Marinho. Antes de passar a palavra à segunda oradora, a Presidência solicitou que o Plenário fizesse silêncio para ouvir a vereadora, pois o público estava indignado com as palavras do primeiro tribuno. Com a palavra, a vereadora Fativan Alves saudou todos os presentes e disse que todos os trabalhadores, que chamou de guerreiros, são sempre bem-vindos a esta Casa, que é um lugar de discussões. Em seguida, afirmou ter subido à tribuna para falar sobre os garis de Parnamirim, anunciando ser hoje o dia de celebração dessa categoria profissional. Disse que esse profissional é de extrema importância para o município, e, que, no entanto, muitas vezes é “invisível”, passando despercebido ao trabalhar nas ruas, as quais deixam limpas. Destacou a importância da categoria ao lembrar o recente período dos ataques terroristas ocorridos no município, quando as ruas ficaram sujas pelo fato de esses profissionais terem sido impedidos de trabalhar. Parabenizou cada um dos garis de Parnamirim, mencionando a dedicação dos mesmos em limpar as ruas da cidade. Disse que, apesar de as condições de trabalho da categoria no município não serem fáceis, eles estão todos os dias trabalhando, e que muitas vezes dão expediente à noite para dar conta da demanda pela limpeza das ruas. Informou que todos os anos é realizada uma solenidade para celebrar o Dia do Gari, e que a mesma foi adiada para o dia 2 (dois) de junho, às 18h30 (dezoito horas e trinta minutos), porque, de acordo com ela, hoje deve ser um dia festivo para eles. Quanto à Educação, disse que é muito importante e válido que a categoria reivindique seus direitos, e que é necessário o profissional se valorizar. Afirmou que a categoria é muito cobrada, que as escolas não têm estrutura para receber os alunos e que, muitas vezes, até falta merenda para eles. Relatou ter visitado escolas em que, de acordo com ela, a equipe comprou, com o



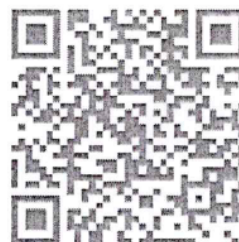


próprio salário, merenda para as crianças, por saberem da necessidade de cada uma delas. Disse também ter presenciado um professor usando um guarda-chuva dentro da sala de aula, por causa de goteiras. Relembrando o período da pandemia do COVID, disse aos colegas vereadores que é preciso agradecer aos professores, que, segundo ela, precisaram se reinventar para poderem dar aulas, já que muitos não sabiam usar computador ou não possuíam o equipamento. Expressou sua gratidão ao público de Educadores por continuarem na luta, mesmo sem merenda para as crianças e com a estrutura precária das escolas. Dirigindo-se aos demais vereadores, disse que o que os Educadores querem é ter seus direitos respeitados. Citou a questão da carga horária e do piso salarial. Afirmou que é uma vergonha o município não respeitar o direito dos professores ao piso salarial, tendo-se em vista que Parnamirim é a terceira maior cidade do Rio Grande do Norte e que, de acordo com ela, o município ocupa o 2º (segundo) lugar em arrecadação no estado. Disse que esses profissionais são guerreiros e guerreiras que muitas vezes têm que fazer o papel de psicólogos e médicos para os alunos, além de atenderem aos familiares destes. Diante disso, afirmou que o mínimo a ser oferecido pela Prefeitura é a estrutura para a escola, o piso salarial e a carga horária justa. Sobre o ponto eletrônico nas escolas, disse que é um terror, um absurdo e uma falta de respeito para com quem “leva a Educação nas costas”. Agradeceu ao vereador Prof. Ítalo pelo Projeto de Lei nº 111/2023, que regulamenta o cumprimento da carga horária dos professores da rede municipal de ensino do município de Parnamirim/RN, alterando a Lei Municipal nº 966/1998. Disse que, diante de toda a contribuição dada pelos Educadores a Parnamirim, é certeza que esta Casa aprovará o projeto, quando este passar pelas Comissões e retornar ao Plenário para ser votado. Em aparte, o vereador Ítalo Siqueira afirmou que os professores só são reconhecidos no Dia do Professor, mas que, na prática, eles não são reconhecidos. Ressaltou que não é de hoje que a Educação em Parnamirim só vem tendo perdas. Também fez referência ao período da pandemia, lembrando que professores perdiam entes queridos e mesmo assim continuavam na “linha de frente”, e ainda eram acusados de não quererem trabalhar. Afirmou que, desde então, os professores só têm perdas. Disse que a nova carga horária foi uma surpresa, e que, para cumpri-la, o professor tem de se deslocar por várias escolas durante o dia. Destacou que essa mudança prejudicou a organização prévia de cada profissional, que agora tem de se deslocar por várias escolas para conseguir cumprir a carga horária exigida. Criticou a retirada do planejamento, sem o qual, segundo ele, é impossível fazer Educação. Disse que o salário da categoria ficou por 2 (dois) anos em defasagem, sem



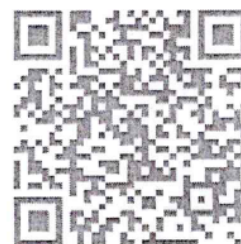


haver o reajuste completo do piso. Relatou que uma segunda surpresa foi o fato de que, de acordo com ele, a lei determinou um reajuste de 14,95% em janeiro, mas, apesar disso, ainda em maio não houve resposta e o Executivo quer dar apenas 6% de reajuste. Indagou como é possível acreditar que está havendo investimento em Educação se não há reconhecimento dos profissionais. Sobre o ponto eletrônico, disse acreditar que quem pensou em colocar esse dispositivo nas escolas nunca foi à escola. Explicou que esse sistema não funciona, porque o professor dá aulas em horários variados e em várias escolas diferentes ao longo do dia, o que o impede de acionar a entrada e a saída no ponto corretamente. Pediu aos colegas vereadores e à Comissão de Educação desta Casa que, todos juntos, solicitem que a Educação seja dispensada do ponto eletrônico, pelo menos nas escolas, já que, segundo ele, só é possível usar esse sistema na Secretaria de Educação. Disse que os profissionais da merenda escolar também estão prejudicados por ter de bater ponto em dois turnos de 4 (quatro) horas, em vez de 6 (seis) horas corridas. Repetiu que quem criou esse sistema não convive no “chão da escola”. Citou o Projeto de Lei nº 111/2023, que regulamenta a carga horária dos professores da rede municipal, pedindo aos colegas que sejam defensores incansáveis dos Educadores, e não apenas no Dia do Professor. Alertou que, se não houver investimento nos profissionais da Educação, se não se investir nas escolas, haverá, no futuro, insegurança e marginalidade. Disse que há muito tempo se sabe que o futuro de uma nação parte da Educação, mas que, no entanto, continua-se a não investir nessa área. Afirmou que as coisas não vão funcionar se não se investir nessa pasta. Explicou que esse investimento começa pela valorização dos profissionais, passando-se à estrutura das escolas e à implantação do tempo integral, dentre outras situações. Disse que, hoje, os profissionais não estão conseguindo o piso salarial e a carga horária, que, segundo ela, são o mínimo. Finalizando seu aparte, reiterou aos demais vereadores seu pedido para que olhem para os profissionais da Educação. Retomando a palavra, a vereadora Fativan Alves disse que o que vem acontecendo não é de hoje, que é um retrocesso na Educação. Indagou como os professores vão conseguir bater ponto dando aulas em várias escolas ao longo do dia. Indagou também como os professores poderão bater o ponto quando tiverem de ficar com as crianças após as aulas, esperando a chegada dos responsáveis que se atrasarem. Questionou também a retirada do planejamento. Lamentou o fato de este ser o modelo de gestão que existe em Parnamirim, o qual, de acordo com ela, é o da desvalorização e da falta de planejamento. Disse que é triste o que se está vivenciando em Parnamirim. Quanto ao piso salarial, reiterou ter havido a



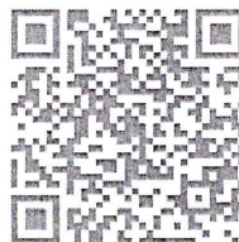


expectativa de recebimento do reajuste pelos professores em janeiro deste ano, destacando que já chegou o mês de maio e ainda não foi feito o referido pagamento. Também afirmou ter ouvido falar que só vão ser pagos 6% dos 14,95% que, segundo ela, haviam sido prometidos para janeiro. Disse que a situação é um absurdo. Convidou os vereadores a se unirem para ir contra tal situação, que, segundo ela, é vergonhosa. Em aparte, o vereador Michael Borges, após saudar os profissionais presentes e os demais vereadores, chamou de contraditório o fato de que, enquanto na parte térrea do Plenário os professores estavam lutando por seus direitos, no mezanino os servidores da Câmara Municipal de Parnamirim se fizeram presentes para comemorar um reajuste conquistado pelo Projeto de Lei nº 109/2023, a ser votado hoje. Afirmou que os vereadores gostariam de ter poder para aprovar o reajuste dos professores. Disse que, se tivessem tal autonomia, o reajuste já teria sido aprovado, mas que, infelizmente, esse ato é uma competência do Poder Executivo. Segundo ele, porém, os vereadores têm o papel de reivindicar e pressionar. Citando Darcy Ribeiro (ex-ministro da Educação no Brasil), disse que a crise da Educação não é uma crise, e sim um projeto. Afirmou que esse projeto é visível desde a Educação Básica, que é de competência dos municípios. Disse que a estrutura da Educação é de cortar o coração. Explicou que a raiz dos problemas do país está na Educação, e que, portanto, se ela não for mudada, não adianta inaugurar delegacias e presídios, porque os problemas não serão resolvidos. Informou que o Brasil é o país que tem a maior população carcerária do planeta, e mediante o fato, disse que algo está muito errado. Reconhecendo a importância das forças policiais e deixando claro não ser contra garantir a segurança da população, afirmou que, porém, é necessário rever esse modelo de país. Questionou novamente o tamanho da população carcerária do Brasil, e disse que a juventude do país é desesperançada e não tem acesso às políticas públicas. Quanto às escolas, afirmou que, de um lado, estão os alunos, desesperançados; e, do outro, os professores, que, de acordo com ele, não deviam ter de estar nesta Casa reivindicando seus direitos, e sim na escola, dando aulas e sendo bem remunerado por isso. Disse que os professores não deixaram a sala de aula e vieram a esta Casa simplesmente por quererem vir. Relatou ter sido sindicalista durante boa parte de sua vida, e que renunciou ao sindicato quando sua categoria solicitou que ele fosse vereador e fez sua campanha. Explicou que não sua origem não é a classe política, e que passou a fazer parte dessa classe depois que se tornou vereador. Disse que trabalhador não para porque quer parar, mas porque é obrigado, porque é mal remunerado, porque luta por condições de trabalho e, muitas vezes, para entregar à população um serviço de qualidade. Afirmou



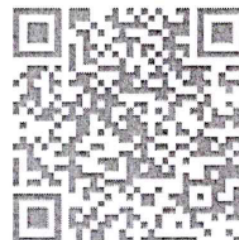


não ter a menor dúvida de que, mesmo com as condições em que está, a Educação do município entrega um serviço de qualidade, pois, segundo ele, caso contrário, não seria tão bem avaliada quanto é. Disse que Parnamirim é uma das cidades com o melhor IDH do Rio Grande do Norte, e que a Educação é responsável. Discorreu sobre o quanto é desgastante o trabalho do professor. Fazendo uma comparação consigo mesmo, disse que se sente exausto quando faz palestras de 1 (uma) ou 2 (duas) horas, enquanto o professor dá várias aulas de 50 (cinquenta) minutos cada uma ao longo do dia. Enfatizou que essas aulas são dadas para turmas de cerca de 40 (quarenta) alunos, e que os professores têm de lidar com crianças de variadas personalidades. Disse que, quem acha que professor ganha muito, deve rever seus conceitos, e afirmou que ocorre justamente o contrário. Finalizou seu aparte defendendo que os professores merecem ser reconhecidos e vir a esta Casa para garantir os direitos da categoria. Retomando a palavra, a vereadora Fativan Alves disse que esta Casa tem poder, discordando do vereador Michael Borges nesse ponto. Afirmou que há 18 (dezoito) vereadores, os quais votam, muitas vezes, projetos de “urgência e emergência” vindos do Executivo. Pediu ao líder do governo, vereador Vavá Azevedo, que “sinta a pressão destes trabalhadores” e leve estas reivindicações ao prefeito Rosano Taveira, e que solicite uma avaliação das questões do piso salarial, da carga horária e do ponto eletrônico. Ressaltou que o pedido é um clamor. Em aparte, o vereador César Maia, discordando da fala do vereador Gabriel César, disse que, apesar de Parnamirim ter votado, majoritariamente, no ex-presidente, os vereadores desta Casa Legislativa não encontraram em Brasília nenhuma retaliação por parte do Governo Federal por serem representantes desta cidade. Disse que, pelo contrário, foram muito bem recebidos em todos os gabinetes, principalmente nos “de esquerda”, como no da deputada Natália Bonavides. Relatou que, ao ser informada por ele sobre o não envio do recurso destinado ao bairro Bela Parnamirim, ela questionou o motivo de o deputado General Girão ainda não ter enviado esse recurso, tendo em vista que ele continua sendo deputado. Informou que a deputada se colocou à disposição para procurar saber por que os 800.000 (oitocentos mil) reais ainda não vieram. Disse que, pelo que conhece a respeito da deputada, acredita que ela vai trabalhar nesse sentido e enviar esse recurso a Parnamirim, já que o deputado Girão não enviou. Explicou que, além desse esclarecimento, o motivo de seu aparte é também para dizer à vereadora Fativan Alves e aos profissionais da Educação que, por ser servidor público e filho de servidores públicos, seu mandato não se posiciona, de nenhuma forma, contra servidores públicos. Portanto, disse que o Projeto de Lei nº 111/2023, do vereador Ítalo Siqueira, já



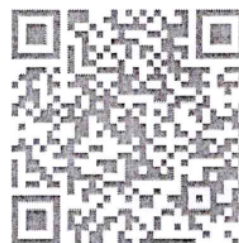


pode contar com seu voto. Afirmou que irá defender a causa da redução da carga horária dos professores, assim como fez em relação ao piso salarial. Disse que soma a sua voz à do vereador Prof. Ítalo, da vereadora Fativan Alves, do vereador Michael Borges e dos demais, para dizer que não se posiciona contra servidor público e que, no quer for preciso, defenderá diuturnamente os servidores de Parnamirim. Citou nomes de servidoras militantes da causa, relatando ter dito a elas que não necessitam ir a seu gabinete para pedir apoio, pois já o têm. Afirmou também que não muda seu posicionamento de nenhuma forma. Encerrando seu aparte, desejou sucesso aos professores e reiterou seu apoio à categoria. Retomando a palavra, a vereadora Fativan Alves afirmou que todos os vereadores irão aprovar o Projeto de Lei nº 111/2023, que será enviado ao prefeito. Explicou ao público que o projeto de lei, após ser aprovado, é enviado ao poder Executivo para ser ou não sancionado. Disse que, no que depender desta Casa e de seu mandato, o referido projeto será aprovado. Pediu aos professores que não ficassem tristes com as críticas acerca da atuação da categoria durante o período da pandemia, nem com o fato de alguém ter dito que eles “tomassem Rivotril”. Disse que os professores é que sabem do trabalho deles. Dirigindo-se ao vereador Gabriel César, disse que respeita as palavras dele, porque vivemos em uma democracia, mas destacou que o bem sempre vai vencer o mal. Em aparte, a vereadora Rhalessa de Clênio, citando Mário Sérgio Cortella, disse que “se a Educação não for provocativa, não se constrói, não se cria, não se inventa, só se repete”. A partir dessa colocação, disse que os vereadores estão trazendo ao Plenário as mesmas discussões. Afirmou que os Educadores deveriam ser os mais valorizados no município. Concordando com o vereador Prof. Ítalo, lembrou que as pessoas homenageiam os professores apenas no Dia do Professor, e, após a data, as homenagens passam. Disse que isso acontece porque as pessoas que têm o poder de transformar a realidade talvez não tenham a competência de entender o que é o “chão da escola”. Afirmou que a estrutura das escolas piorou desde seu primeiro mandato. Disse que defende a pauta da Educação. Parabenizou a sindicalista Wilma. Pediu urgência na data da Audiência Pública para tratar do tema da Educação, destacando questões como o piso salarial, a estrutura das escolas e a valorização dos profissionais. Disse que Educação transforma, mas nunca foi tratada como prioridade nem como essencial, pois, de acordo com ela, quem tem o poder de mudar, de valorizar e de transformar, não abraça as pessoas que hoje estão lutando para terem seus direitos respeitados e valorizados. Finalizando seu aparte, ofereceu seu apoio aos profissionais presentes no Plenário. Voltando ao discurso, a vereadora Fativan Alves disse



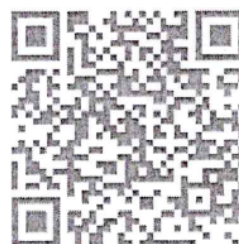


que é difícil saber o que é prioridade para a atual gestão do município, porque, segundo ela, se a Educação não é valorizada, as demais pastas também não são. Explicou que os trabalhadores do chão da escola estão presentes no Plenário querendo apenas a valorização da categoria, para poderem continuar seu trabalho. Afirmou acreditar que um dia a situação vai mudar, e que quer estar presente aqui para ver a alegria de cada trabalhador. Disse aos presentes que não se cansem de lutar e que eles podem contar com o apoio desta Casa Legislativa. Por ter sido citado, o vereador Gabriel César pediu a palavra. Disse ter entrado em contato com os deputados General Girão e Sargento Gonçalves para falar sobre o recurso a ser enviado para as obras de Bela Parnamirim, os quais, segundo ele, disseram que vão cobrar o envio do recurso ao Ministério competente. Afirmou, porém, que se o governo federal não quiser liberar o recurso, o mesmo não será liberado. Disse esperar que a deputada Natália Bonavides solicite à governadora o repasse de 15 (quinze) milhões para a Saúde de Parnamirim. Em seguida, a Presidência passou a palavra ao vereador Prof. Diego. Este disse que vem lutando em prol da educação pública durante todo o seu mandato, do qual, segundo acredita, 80% é referente a esta causa. Citou diversas lutas suas em favor da categoria, dentre elas a indicação referente ao piso salarial dos professores e audiências públicas para discutir as necessidades dos mesmos. Disse se colocar à disposição de todos os profissionais da área e da comunidade escolar em geral, reconhecendo as dificuldades da educação pública, a desvalorização dos profissionais da área e a precariedade da estrutura física das escolas. Afirmou que não era para se estar debatendo o piso salarial, e sim um teto, pois, segundo ele, o piso é o mínimo. Porém, disse que regulamentar a categoria é prerrogativa do Executivo, e que nenhum vereador tem essa prerrogativa. Afirmou que os vereadores querem o bem do servidor público, e que todos querem que a categoria seja valorizada e bem remunerada, e que tenha uma carga horária justa. Disse que se vê, diuturnamente, os vereadores lutando por melhorias para os servidores. No entanto, afirmou que há ações que não dependem dos vereadores. Informou não ter lido o projeto do vereador Prof. Ítalo, parabenizando-o, no entanto, pela proposição. Disse, porém, não saber se a matéria será aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), atualmente denominada Comissão Permanente de Constituição, Legislação e Redação Final, ou CCLRF). Alertou que, se o projeto previr mudança de carga horária, não passará pela referida comissão, porque, segundo ele, essa não é uma atribuição desta Casa. Disse que não adiantaria colocar em pauta os projetos solicitados pelos professores, por saber que, por serem inconstitucionais, as matérias não passariam pela CCJ, ou seriam impedidos pela



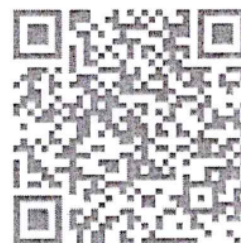


Procuradoria do Executivo. Explicou aos colegas professores, que lhe solicitaram projetos de lei, que está agindo com transparência ao dizer que não pode interferir no funcionamento da “máquina pública executiva”. Em aparte, o vereador Prof. Ítalo, autor do projeto em debate, inicialmente discorreu sobre uma reunião ocorrida com os não docentes (Apoio Escolar) e o procurador do município. Segundo o parlamentar, o procurador disse que a Câmara poderia provocá-lo sobre o assunto, e afirmou que, se fosse provocado, poderia apresentar soluções para os problemas discutidos à época, em relação aos não docentes. Mediante essa informação, o vereador Prof. Ítalo disse que a Câmara Municipal pode ser ativa e participativa, pode provocar e questionar a Procuradoria do Executivo. Deixou claro que a carga horária do Apoio Escolar não pode ser mudada por ter sido determinada no edital do correspondente concurso público. Porém, afirmou que, no caso dos profissionais que sempre trabalharam com carga horária de 30h (trinta horas), é discutível colocar ponto eletrônico. Disse que os procuradores provaram não ser possível trabalhar com esse sistema, o qual, segundo ele, foi retirado. Afirmou que é possível conversar. Sobre a carga horária, explicou que o Projeto de Lei nº 111/2023 fala do assunto em que o plano da Educação se omite, afirmando que a hora/aula do professor do município é de 50 (cinquenta) minutos, sem acrescentar nada mais. Disse não acreditar que esta Casa não consiga aprovar isso, independentemente de o projeto ser ou não sancionado pelo prefeito. Finalizou seu aparte repetindo que seu projeto apenas diz que a hora/aula do professor do município equivale a 50 (cinquenta) minutos. Voltando à palavra, o vereador Prof. Diego confirmou que esta Casa é um lugar de diálogo, discussão e debate, e disse que a Comissão de Educação deveria formalizar essa solicitação e urgentemente fazer uma reunião para discutir a questão com o prefeito, que, segundo ele, é quem vai tomar a decisão final. Em relação aos projetos solicitados a ele pelos professores, o tribuno afirmou que não iria criar uma expectativa de aprovação dessas matérias sabendo que elas não seriam aprovadas. Explicou que, porém, sempre cobra do prefeito, diuturnamente. Disse que (como integrante da Comissão de Educação) não quer “passar qualquer tipo de projeto”, porque, de acordo com ele, não quer colocar a CCJ “em xeque”. Explicou que a referida comissão analisará a legitimidade do projeto, e, se a matéria for juridicamente coerente, irá avançar, e, se não for, a Procuradoria desta Casa não a deixará seguir tramitando. Afirmou que a Comissão de Educação abrirá um diálogo para trazer o que é de direito e dignidade para a categoria. Colocou-se à disposição. Em aparte, o vereador Michael Borges disse que vem discutindo há muito tempo o papel da Comissão de Constituição e Justiça. Explicou que é compreensível



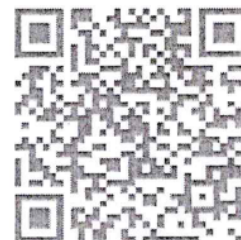


que os procuradores desta Casa tenham seus posicionamentos técnicos orientados pelo que para eles é o Direito aplicado aos pareceres dessa Comissão. Esclareceu que, no entanto, a CCJ não é formada por procuradores, e sim por vereadores, e que é uma comissão política; assim, de acordo com ele, se a matéria é de interesse político da sociedade e dos vereadores, a CCJ deve analisá-la bem. Explicou também que o Direito é composto por tradição, jurisprudência e lei, podendo a Justiça oscilar em todas as direções; que não se pode prever como a Procuradoria irá se comportar ao analisar o projeto. Assim sendo, acredita que devem permitir que a Procuradoria emita opinião a respeito. Disse que, se o projeto for julgado inconstitucional, os vereadores podem abrir uma vertente de negociação que pode gerar um novo projeto por parte do Executivo, para regulamentar a matéria. Finalizou seu aparte opinando que o que não se deve fazer é “ficar na inércia”, sem tomar nenhuma atitude. Em seguida, o tribuno, vereador Prof. Diego, passou a palavra ao vereador Gustavo Negócio. Este disse que, ao longo dos seus 3 (três) mandatos, sempre é difícil ver como sofrem os profissionais da Educação. Afirmou que o correto seria que o Executivo tivesse enviado este projeto para os vereadores analisarem. Disse que os 3 (três) vereadores que compõem a CCJ têm competência para estar na referida comissão, de modo que os mesmos não irão se sentir “em xeque” por causa de um projeto. Explicou que, se o projeto for inconstitucional, a CCJ apontará a inconstitucionalidade; que os vereadores sabem qual é a obrigação deles e onde está seu limite, e que têm ferramentas para ir à Prefeitura lutar pelos interesses dos trabalhadores. Disse que o secretário da Educação, Gildásio Figueiredo, que já foi vereador, não pode ficar omissos, e que se pergunta qual seria o posicionamento do secretário em relação ao assunto discutido, se fosse vereador, e se ele concordaria com suas atuais atitudes como secretário. Colocou-se à disposição e chamou à luta pelos direitos da categoria. Disse que todo o futuro das novas gerações está nas mãos dos profissionais da Educação, e que é necessário dar à categoria qualidade de trabalho para que eles possam fazer pelo menos o mínimo. De acordo com ele, a Educação no município “vem de ladeira abaixo”, mesmo já tendo passado 4 (quatro) secretários pela pasta. Afirmou que não é por ser um vereador de bancada que vai elogiar o que não tem como elogiar. Convidou à luta os vereadores de oposição e de situação. Explicou que a Comissão de Constituição e Justiça é composta por ele e os vereadores Thiago Fernandes e Ítalo Siqueira, que também é integrante da Comissão de Educação, assim como ele mesmo. Disse que a Comissão analisará o projeto de acordo com o Regimento Interno e a Constituição Federal. Afirmou, porém, ficar triste por não ver um projeto como o do





vereador Prof. Ítalo (o qual parabenizou) vir do próprio Executivo. Disse que “é um direito que é para se deixar de direito, e não tirar esse direito”. Afirmou que a categoria pode contar com ele, também como membro da Comissão de Educação. Voltando ao discurso, o tribuno, vereador Prof. Diego, esclareceu que nenhum vereador é contra a categoria, e que nenhum deles quer retirar direitos, e sim, somá-los. Explicou, porém, mais uma vez, que o projeto do vereador Prof. Ítalo, se estiver determinando algo diferente do que o Executivo determina para a carga horária dos professores, será impedido pela CCJ, e, se for aprovado por todos os vereadores, será então reprovado pela Procuradoria do município. Indagou se um projeto inconstitucional será aprovado pela Comissão. Afirmou, no entanto, que irá torcer pelo projeto e que dará um voto favorável ao mesmo. Convidou os outros integrantes da Comissão de Educação, vereador Prof. Ítalo e vereador Gustavo Negócio, a irem falar com o prefeito imediatamente. Disse ser o primeiro a ir à prefeitura, e, por sugestão do público, convidou também o líder do governo, vereador Vavá Azevedo. Em aparte, o vereador Thiago Fernandes disse ter pedido a palavra por ter sido citado, indiretamente, por várias vezes, como presidente da Comissão de Constituição, Legislação e Redação Final. Afirmou não ter tido acesso ao projeto em debate, destacando o fato de que a proposição foi apenas lida na presente Sessão. Informou que, pela ementa do projeto e a partir de uma consulta prévia aos procuradores e assessores jurídicos, o Projeto de Lei nº 111/2023 é, inicialmente, inconstitucional. Disse que ele e a CCJ pautam pela verdade e pela veracidade dos fatos, e que, portanto, se não for possível encaminhar a proposição à votação, ela não será encaminhada. Afirmou, porém, que outras providências serão tomadas, provocando-se o Executivo, e que, se tiver como tornar constitucional o projeto, assim será feito. Relatou que, como prova de que a CCLRF preza pela sinceridade e pela veracidade dos fatos, o primeiro ato seu ao se tornar presidente desta comissão foi o de publicizar as reuniões e as pautas das mesmas, e, principalmente, transmitir ao vivo as reuniões, dando total possibilidade de participação a qualquer cidadão ou vereador. Disse que o objetivo do seu ato foi o de, existindo temáticas como essa, permitir a discussão. Esclareceu não estar julgando o mérito do projeto em questão, ressaltando que ainda não o tinha lido. Explicou que, ao chegar à CCLRF, o projeto será avaliado da melhor maneira, estudando-se todas as possibilidades de, estando o texto colocado de forma inconstitucional, torná-lo constitucional, para evitar o veto no Executivo. Disse que o veto seria mais um transtorno, e que, se é possível evitar esse transtorno, isso deve ser feito. Colocou-se à disposição da causa. Explicou que os procuradores emitem seus pareceres e os vereadores votam as



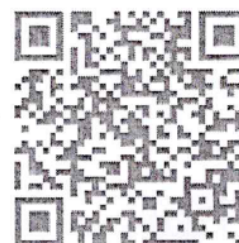


matérias, e que está havendo uma “convergência muito positiva” na condução da CCLRF. Finalizando seu aparte, afirmou que, se o projeto debatido for dado como inconstitucional, serão feitas emendas para que possa continuar em tramitação. Ofereceu seu apoio e o da Comissão de Constituição, Legislação e Redação Final, para que, segundo ele, seja através desta Casa ou do Executivo, o projeto possa chegar ao seu objetivo de trazer melhorias aos servidores. Retomando a palavra, o tribuno explicou ao vereador Prof. Ítalo que o projeto em questão é louvável, mas acredita (inclusive também em relação a alguns projetos seus que foram suspensos) que é melhor solucioná-lo o mais rápido possível, para que, de acordo com ele, não se perca tempo prolongando os trâmites de matérias que não tenham valor jurídico. Disse que, quanto mais rápido se solucionar a situação dos professores, melhor será. Em aparte, o vereador Irani Guedes disse que, segundo seu modo de pensar, está sendo discutida “uma coisa que ainda não aconteceu”, já que o Projeto de Lei nº 111/2023 foi apresentado hoje e ainda entrará nos trâmites. Explicou que o projeto deverá ser discutido a partir de quando for considerado inconstitucional, se for o caso, para que seja sanado o problema que está existindo na Educação, o qual ele ressaltou que não existia antes. Indagou a razão de se mudar o que já estava funcionando. Disse que é necessário reavaliar a lei do servidor público, que, de acordo com ele, é do Lavoisier Maia (ex-governador do estado) e determina o expediente de 6 (seis) horas corridas. Afirmou que há diversas discussões que podem ser trazidas para que os servidores, que já vinham trabalhando nesse regime, não sejam prejudicados. Aconselhou que, se o projeto for considerado inconstitucional pela CCJ, o proponente, vereador Prof. Ítalo, forme uma comissão de vereadores e uma de servidores para resolver o impasse junto ao Executivo. Informou que essa solução já foi tomada por diversas vezes nesta Casa, como aconteceu, por exemplo, no caso do Plano de Cargos e Salários da Saúde, que, segundo ele, foi aprovado. Disse que não é diferente com essa situação que ocorre na Educação. Afirmou que o projeto tem que ser recebido pelo Executivo, e que este tem que ouvir os servidores, para se chegar a um denominador comum, que não prejudique os profissionais mais do que eles já estão prejudicados. Colocou-se à disposição. Disse ter visto nesta Casa, até 2013 (dois mil e treze), vereador votar contra projetos de lei de servidores públicos, mas que, a partir de então, a conduta da Casa mudou, e esses projetos passaram a ser sempre aprovados por unanimidade. Explicou que é necessário avaliar o que é melhor para os servidores e também para a gestão, a qual, segundo ele, não pode ser “engessada”. Disse que a pauta precisa ser vista “com carinho”, por se tratar de pessoas, de seu cotidiano, e que mudar o dia a dia das



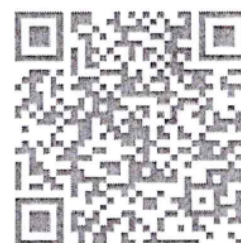


peças não é fácil. Voltando ao discurso, o tribuno passou a palavra ao vereador Gabriel César. Este parabenizou o vereador Thiago Fernandes pelas explicações do mesmo como presidente da CCLRF e disse que já teve projetos considerados inconstitucionais. Explicou que deixar passar um projeto inconstitucional abriria um precedente para outros projetos inconstitucionais também passarem, e que, como esta Casa é uma casa de leis, é necessário seguir todo o regimento jurídico. Disse que há atribuições do Legislativo e atribuições do Executivo, as quais serão cobradas. Opinou que, se o projeto for considerado inconstitucional, é necessário arquivá-lo e cobrar outra alternativa do Executivo. Retomando a palavra, o tribuno concedeu aparte ao vereador Éder Queiroz, o qual também afirmou que o Legislativo não pode se sobrepôr ao Executivo. Reconheceu a importância do projeto em questão, mas disse que a matéria é inconstitucional. Opinou que a Comissão de Educação deve debater com o prefeito, de modo que um projeto seja enviado pelo Executivo a esta Casa, para que siga os trâmites legais; disse que isso não é impossível. Afirmou que dará um voto favorável ao projeto e que, como já fez parte da Comissão de Educação, sabe da importância da Educação para o município. Porém, reiterou que a referida comissão deve ir ao Executivo, para que este envie um projeto a esta Casa. Voltando ao discurso, o vereador Prof. Diego esclareceu que não se posiciona contra o projeto em questão, e que se referiu às demandas por projetos da parte dos professores, como o do ponto eletrônico, da reivindicação do adicional de 1/6 (um sexto) para os gestores, da isonomia entre os gestores de 1 (um) e 2 (dois) vínculos e da mudança da jornada de 40 (quarenta) para 30 (trinta) horas dos não docentes. Explicou que, a pedido de pessoas que estavam, segundo ele, presentes no Plenário, veio justificar que não propôs os projetos solicitados porque os mesmos seriam inconstitucionais. Colocou-se, porém, à disposição para ir à Prefeitura Municipal. Por ter sido citado, o vereador Vavá Azevedo pediu a palavra. Disse que os profissionais podem contar com o mandato e o apoio dele. Informou já ter falado com o secretário de Educação, que, de acordo com ele, lhe passou informações sobre o que já vem sendo discutido e sobre os percentuais que vêm sendo negociados com a categoria. Reiterou seu apoio à mesma e disse que os professores têm um papel fundamental na sociedade. Afirmou que defende muito a bandeira da segurança pública, mas que reconhece que segurança pública não se faz apenas com viaturas e armamentos, mas também com políticas públicas e com a construção de um futuro que passa pelas mãos dos professores. Informou que há uma reunião agendada para o dia 30 (trinta), mas que tentará antecipar o diálogo, a fim de dar celeridade às tratativas e chegar a um denominador comum, para que



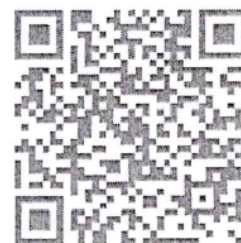


os professores possam conseguir o reajuste salarial. Retomando a palavra, o presidente disse que a Mesa da Presidência também se coloca à disposição para ser o canal de diálogo e fornecer todas as condições para que a CCJ possa encontrar um caminho melhor para resolver essa temática. Não havendo mais inscritos para o uso da tribuna, o presidente Wolney França passou à Ordem do Dia, solicitando aos vereadores o registro de presença. Estavam presentes os (as) parlamentares César Augusto de Paiva Maia, Diego Américo de Carvalho, Eder Rodrigues de Queiroz, Fativan Alves Moura de Paiva, Gabriel César de Oliveira Siqueira, Gustavo Negócio de Freitas, Hamilton Rademacker Pereira, Ítalo de Brito Siqueira, Irani Guedes de Medeiros, Leonardo Lima da Costa, Lindovaildo Soares de Azevedo, Marcos Antônio Gomes da Silva, Michael Borges de Souza, Thiago Fernandes da Silva e Rhalessa Cledylane Freire dos Santos. Estavam ausentes a vereadora Ana Carolina Carvalho de Lima Pires e o vereador José Afrânio Bezerra da Silva. Dando prosseguimento à Sessão, a Presidência procedeu à votação das matérias. Foi colocado em única discussão e em única votação o Projeto de Lei nº 109/2023, que "concede reajuste sobre os vencimentos básicos dos servidores do quadro de pessoal efetivo da Câmara Municipal de Parnamirim/RN, e dá outras providências" (autoria: Poder Legislativo Municipal - Mesa Diretora). O projeto foi apresentado em regime de urgência, conforme Requerimento Legislativo nº 050/2023 aprovado na 37ª Sessão Ordinária, no dia 09 de maio de 2023. A matéria foi aprovada com 15 (quinze) votos a favor, nenhum voto contra e nenhuma abstenção. O presidente parabenizou os servidores da Câmara Municipal de Parnamirim pela conquista. O vereador Gustavo Negócio solicitou, em requerimento verbal, a dispensa da leitura da Redação Final do referido projeto. O presidente submeteu a solicitação a discussão e votação pelo Plenário. Em discussão, o vereador Michael Borges parabenizou os servidores da Casa. Declarou que, sem eles, o trabalho dos parlamentares seria impossível. Elogiou a eficiência e a dedicação desses profissionais e lhes agradeceu em nome do povo de Parnamirim. A vereadora Fativan Alves também parabenizou os servidores efetivos e explicou que o reajuste a eles concedido é uma forma de valorizá-los. Segundo ela, se o prefeito Rosano Taveira quiser, pode valorizar os profissionais da Educação, concedendo-lhes o piso salarial, que é lei. O vereador Thiago Fernandes comentou que se sente privilegiado por votar e por emitir pareceres em favor dos servidores efetivos. Disse que é visível o empenho dos mesmos e que os parlamentares sabem a necessidade do trabalho de cada um deles. Parabenizou a categoria e a Mesa Diretora pelo reajuste salarial. O vereador Vavá Azevedo também parabenizou os servidores efetivos da Casa pelo avanço, que,





segundo ele, é significativo e digno. Afirmou que todos os vereadores são testemunhas do trabalho desses profissionais, e que todos os gabinetes necessitam desse trabalho. Disse que o maior patrimônio da Administração Pública é seu corpo de servidores efetivos. Afirmou que é justo que estes sejam bem reconhecidos e bem valorizados; que isso é trabalho dos vereadores que têm esse sentimento, o qual, segundo ele, é perceptível na fala dos parlamentares. Disse que, sem os servidores efetivos, o trabalho dos gabinetes não teria eficiência, e que isso se reflete na população. Encerradas as discussões, o requerimento verbal do vereador Gustavo Negócio foi aprovado por unanimidade. Prosseguindo, foi colocado em única discussão e em única votação o Requerimento Legislativo nº 047/2023, que "requer a solicitação de uma Audiência Pública para tratar do seguinte tema: 'Políticas Públicas contra a violência infantil'" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Gabriel César de Oliveira Siqueira). A matéria foi aprovada com 15 (quinze) votos a favor, nenhum voto contra e nenhuma abstenção. Também em única discussão e em única votação, foi apreciado o Requerimento Legislativo nº 051/2023, que "requer autorização para realização de uma Audiência Pública de modo a discutir a implantação de um binário no bairro Liberdade" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Lindovaildo Soares de Azevedo). A matéria foi aprovada com 15 (quinze) votos a favor, nenhum voto contra e nenhuma abstenção. Prosseguindo, o presidente Wolney França passou aos seguintes avisos: hoje à noite haverá a Sessão Solene para entrega do Troféu Iris de Almeida, promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, que convida a todos para a solenidade; amanhã, quarta-feira, dia 17 (dezessete), às 08h (oito horas) da manhã, ocorrerá uma visita dos alunos do CEEP (Centro Estadual de Educação Profissional Professora Lourdinha Guerra), que virão conhecer o dia a dia do vereador e participar da Sessão Ordinária; também amanhã, dia 17 (dezessete), às 09h (nove horas) da manhã, haverá a Sessão Ordinária; nesta mesma quarta-feira, dia 17 (dezessete), às 18h (dezoito horas), ocorrerá uma Sessão Solene em homenagem aos enfermeiros, por iniciativa do vereador Irani Guedes; quinta-feira, dia 18 (dezoito), às 09h (nove horas) da manhã, haverá a Sessão Ordinária; na tarde da mesma quinta-feira, dia 18 (dezoito), ocorrerá o VI Encontro dos Procuradores e Advogados Públicos dos Poderes Legislativos do RN; na noite da mesma quinta-feira, dia 18 (dezoito), haverá uma Sessão Solene para entrega da Comenda Gelza Frassinetti, em homenagem aos assistentes sociais; e na manhã da sexta-feira, dia 19 (dezenove), ocorrerá a segunda parte do VI Encontro dos Procuradores e Advogados Públicos dos Poderes Legislativos do RN. Nada mais havendo a tratar, o presidente Wolney França declarou encerrados os trabalhos

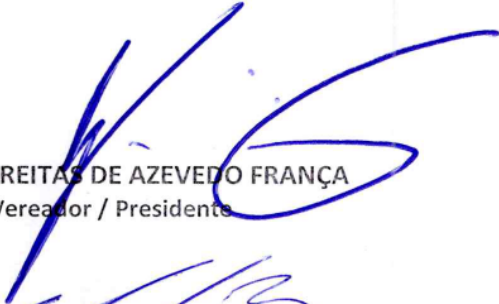




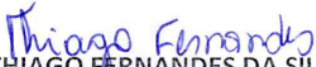
CÂMARA MUNICIPAL DE  
**PARNAMIRIM**  
A CASA DO POVO

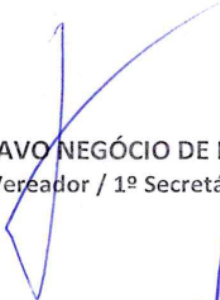
às 11h24 (onze horas e vinte e quatro minutos), e convocou outra Sessão Ordinária para o dia seguinte, 17 (dezessete) de maio, em horário regimental. Para constar, lavrou-se esta ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa Diretora.

Parnamirim, 16 de maio de 2023

  
WOLNEY FREITAS DE AZEVEDO FRANÇA  
Vereador / Presidente

  
MICHAEL BORGES DE SOUZA  
Vereador / 1º Vice-Presidente

  
THIAGO FERNANDES DA SILVA  
Vereador / 2º Vice-Presidente

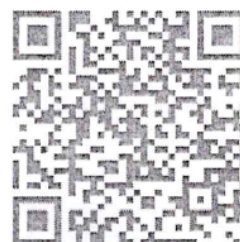
  
GUSTAVO NEGÓCIO DE FREITAS  
Vereador / 1º Secretário

  
CÉSAR AUGUSTO DE PAIVA MAIA  
Vereador / 2º Secretário Interino

Câmara  
conecta

Câmara  
Digital

CÂMARA  
CULTURAL



CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM

Mesa Diretora

Lido na Sessão

Data: 24 / 08 / 2023

\_\_\_\_\_  
1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM

Mesa Diretora

Aprovado na Sessão

Única Votação

Data: 24 / 08 / 2023

\_\_\_\_\_  
1º Secretário